

FORMAÇÃO CONTÍNUA  
FORMAÇÃO AÇÃO  
MODULAR CERTIFICADA  
IN COMPANY

WWW.IFORMA.PT

# Boletim

## Materiais de Construção



### ■ LEGISLAÇÃO

#### COVID-19

- ESCOLAS FECHADAS E OUTRAS MEDIDAS
- AGRAVAMENTO DAS COIMAS. TELETRABALHO
- PROGRAMA APOIAR – CANDIDATURAS ABERTAS
- APOIO EXTRAORDINÁRIO AO RENDIMENTO DOS TRABALHADORES
- CCP REAGE ÀS MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS
- JUROS DE MORA COMERCIAIS
- LIVRO DE RECLAMAÇÕES ELETRÓNICO
- INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR NO ESTABELECIMENTO

### ■ FISCALIDADE

- GEL DESINFETANTE CUTÂNEO
- BREXIT - QUESTÕES S/ MATÉRIA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

### ■ DIVERSOS

- PROGRAMA REGRESSAR – APOIO AO REGRESSO DE EMIGRANTES
- MARCA ENTIDADE EMPREGADORA INCLUSIVA – CANDIDATURAS 2021



## ■ NOTA DE ABERTURA

### *Materiais de Construção 4.0*

A APCMC tem em curso um projeto que irá permitir às empresas do setor a digitalização dos seus processos administrativos, logísticos e comerciais, bem como a comunicação com clientes e fornecedores, de forma mais célere, fiável e facilitada.

O projeto designado “Speed Up – Materiais de Construção 4.0”, é apoiado pelos fundos do Portugal 202 - COMPETE, compreende um conjunto de iniciativas de promoção e divulgação e é sustentado numa plataforma Web de gestão de Master Data (Base de Dados Mestre) de produtos da construção, que foi designada APCMC Datacheck.

Esta plataforma de gestão é o garante da qualidade da informação sobre os produtos, informação que será diretamente carregada e atualizada pelos fornecedores, num formato e com estrutura standard a nível europeu. A partir daí os comerciantes, clientes desses fornecedores, poderão fazer de forma simples o download de toda a informação sobre os produtos, incluindo preços, imagens e fichas técnicas, etc., bem como as respetivas atualizações, numa vulgar folha de Excel.



O facto de ser usado um standard europeu é um elemento facilitador importante, sobretudo para as empresas exportadoras nacionais, mas também para quem importa.

O APCMC Datacheck está pronto e vai ser testado já durante este mês de fevereiro. Nos próximos dias iremos disponibilizar a todos os associados, distribuidores e fornecedores, a estrutura de dados em Excel e o respetivo Guia para que possam desde já começar a adaptar os respetivos sistemas internos de informação para tirar partido deste novo serviço.

A concretização, em cada uma das empresas e na cadeia de valor, das enormes vantagens em termos de economia de recursos, redução de erros e tempo, bem como as oportunidades que se abrem no domínio da automação de processos e da comunicação e marketing, só vai depender do grau de utilização.

Podemos garantir, desde já, que é mais simples do que parece.

Fale connosco.

**#NÃOvamosPARAR**  
estamos ao seu lado conte connosco

# COVID-19

## ■ **ESCOLAS FECHADAS E OUTRAS MEDIDAS**

Face ao descalabro dos números relativos à pandemia, o Governo aprovou novas medidas, pela terceira vez em meros 6 dias do (atual) Estado de Emergência iniciado a 15 de janeiro, publicadas – Decretos-Leis 8-A/2021 e 8-B/2021 e Decreto 3-C/2021 – e em vigor a partir de 22 de janeiro, a saber:

- **ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS** (suspensão das atividades letivas e não letivas e de apoio social dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, das atividades letivas e não letivas presenciais das instituições de ensino superior e das atividades de apoio à primeira infância de creches, creches familiares e amas), a partir de 22 de janeiro, por um período previsível de 15 dias, a compensar no calendário escolar de forma a regular.

Como ocorreu no período de março a junho de 2020, são consideradas justificadas as faltas dadas pelo trabalhador que não esteja em regime de teletrabalho motivadas por assistência inadiável a filho ou outro dependente a cargo menor de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, decorrentes de suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais nos estabelecimentos supra referidos, ocorridas nos ou fora dos períodos de interrupção letiva («férias escolares») fixados nos anexos II e IV do Despacho 6906-B/2020, de 3/7 (ou fixados por cada escola):

**INTERRUPÇÕES DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS E LETIVAS  
DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO**  
15 de fevereiro a 17 de fevereiro de 2021  
25 de março a 5 de abril de 2021

**INTERRUPÇÕES DAS ATIVIDADES LETIVAS PARA OS  
ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO ESPECIAL**  
15 de fevereiro a 17 de fevereiro de 2021  
29 de março a 5 de abril de 2021

Tais faltas implicam perda de retribuição, mas o trabalhador (assim como o independente e o do serviço doméstico) tem direito ao apoio excecional à família relativamente às dadas fora dos períodos de interrupção letiva, de valor igual a 2/3 da respetiva retribuição de base (a declarada em dezembro/2020), com os limites mínimo e máximo de 1 e 3 salários mínimos nacionais, respetivamente, cujo pagamento é efetuado pela empresa mas que a segurança social comparticipa em 50%, incidindo a contribuição devida pelo trabalhador e 50% da devida pela empresa sobre a totalidade do apoio.

O trabalhador deve preencher e entregar à empresa a declaração modelo GF88-DGSS, que servirá igualmente para justificar as faltas, devendo a empresa enviar à segurança social, nos termos e prazos a definir por esta, a relação dos trabalhadores em causa.

- Suspensão de atividades formativas presenciais
- Encerramento das Lojas do Cidadão, mantendo-se exclusivamente em funcionamento o atendimento por marcação nos demais serviços públicos
- Encerramento dos estabelecimentos de comércio de veículos, veículos automóveis e motocicletas;

- Encerramento de centros de exame

- Funcionamento dos centros de inspeção técnica de veículos apenas mediante marcação



- No que respeita às medidas de apoio à manutenção dos contratos de trabalho (Decreto-Lei 46-A/2020, de 30/7), clarificação de que, a partir de fevereiro de 2021, também a empresa que tenha acedido ao incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei 27-B/2020, de 19/6, pode aceder ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade ou ao apoio simplificado para microempresas previstos naquele diploma.

- Clarificação de que os valores adicionais à compensação retributiva, a cargo da segurança social e aplicáveis tanto no regime do lay-off como no apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade, não implicam encargos adicionais para as empresas, não estando, pois, sujeitos ao pagamento de contribuições para a segurança social.

- Alteração do regime contraordenacional aplicável no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta (Decreto-Lei 28-B/2020, de 26/6) e qualificação como contraordenação da infração a alguns deveres impostos no âmbito do estado de emergência (dever geral de recolhimento, limitação de circulação entre concelhos, uso de máscara ou viseira).

As coimas passam a ser pagas na hora, no momento da verificação da infração, como acontece com as infrações ao Código da Estrada, implicando a falta de pagamento voluntário da coima ou da realização do depósito o pagamento das custas que sejam devidas e a majoração da culpa do agente na determinação do valor económico que este retirou da prática da contraordenação.

O Governo aprovou ainda uma proposta de lei, a aprovar pela Assembleia da República, visando a suspensão dos prazos de todos os processos judiciais não urgentes.

Consulte os Decretos-Leis 8-A/2021 e 8-B/2021, o Decreto 3-C/2021 e a Circular CCP 16/2021 em [www.apcmmc.pt](http://www.apcmmc.pt).

## ■ **APOIO EXTRAORDINÁRIO AO RENDIMENTO DOS TRABALHADORES**

A Portaria 19-A/2021, de 25 de janeiro, aprovou a regulamentação dos procedimentos relativos ao apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores, criado pela Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro (OE/2021), com o objetivo de assegurar a continuidade dos rendimentos das pessoas em situação de particular desproteção económica causada pela pandemia da doença COVID-19.

Têm direito a este apoio extraordinário, entre outros, os trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes (TI) e membros de órgãos estatutários (MOE) com funções de direção, cuja prestação de proteção no desemprego termine após 01/01/2021, ou que ficaram em situação de desemprego, sem acesso à respetiva prestação, e com pelo menos 3 meses de contribuições nos 12 meses imediatamente anteriores à situação de desemprego, assim como

- b) Jogos e brinquedos;
- c) Livros;
- d) Desporto, campismo e viagens;
- e) Vestuário, calçado e acessórios de moda.

Face a dúvidas colocadas aos nossos serviços, face igualmente a reações distintas ao despacho por parte de empresas associadas e mesmo entre as ditas grandes insígnias do retalho, como Maxmat e Leroy Merlin, informamos que é nosso entendimento que os móveis de casa de banho e os móveis de cozinha, designadamente, não se enquadram na categoria de mobiliário, decoração e produtos têxteis para o lar supra referida.

O mesmo se diga quanto ao vestuário e calçado de segurança, legalmente classificado como equipamento de proteção individual (EPI), que não se enquadra na categoria de vestuário, calçado e acessórios de moda.

Os móveis de cozinha e casa de banho são efetivamente mobiliário específico, que se não confunde com o mobiliário em geral, adquirido por norma e regra em empresas de materiais de construção, classificadas nas CAE habituais do comércio de materiais de construção [46732 - Comércio por grosso de materiais de construção (exceto madeira) e equipamento sanitário; 47523 - Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais similares, em estabelecimentos especializados], cuja comercialização não é, aliás, objeto de classificação autónoma em sede de Classificação de Atividades Económicas (CAE), que não integram nem CAE específica nem são objeto típico de comercialização de estabelecimentos encerrados ou de atividades suspensas, e que em regra também não integram as CAE relativas ao comércio de mobiliário, decoração e têxteis para o lar (não sendo também num estabelecimento especializado de comércio a retalho de mobiliário e artigos de iluminação, CAE 47591, que se comercializam móveis de casa de banho e cozinha).



Entendemos, assim, que as empresas associadas que mantêm nos seus estabelecimentos a atividade de comércio a retalho, com atendimento e aviamento direto do público dentro do estabelecimento, poderão comercializar móveis de cozinha e casa de banho e respetivos componentes, equipamentos e acessórios, elementos naturais e indissociáveis à atividade da construção civil, que o Decreto 3-A/2021 considerada essencial e, consequentemente, determinou manter em funcionamento.

Para quem entenda ou prefira não comercializar a retalho tais bens no estabelecimento e admitindo que os mesmos não estejam expostos em espaço que funcione simultaneamente como exposição para profissionais e particulares, deverá então ocultá-los, retirá-los ou isolar as áreas de venda respetivas (há quem tenha feito o isolamento com fita plástica,

os gerentes de micro e pequenas empresas, exclusivamente abrangidos pelos regimes de segurança social, que tenham, pelo menos, 3 meses seguidos ou 6 meses interpolados de contribuições nos 12 meses imediatamente anteriores ao requerimento do apoio, em situação comprovada de paragem total da sua atividade, ou da atividade do respetivo setor, em consequência da pandemia, ou em situação de quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40% da faturação no período de 30 dias anterior ao do pedido, com referência à média mensal dos 2 meses anteriores a esse período, ou face ao período homólogo do ano anterior ou, ainda, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média desse período;

O direito ao apoio extraordinário, que é requerido através da segurança social direta, depende do reconhecimento de situação de desproteção económica à data do requerimento, mediante verificação de condição de recursos, definida em função do rendimento médio mensal do agregado familiar do requerente.

Para consultar os manuais e outras informações, aceda ao site da segurança social, em [http://www.seg-social.pt/noticias/-/asset\\_publisher/9N8j/content/apoio-extraordinario-ao-rendimento-dos-trabalhadores](http://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/9N8j/content/apoio-extraordinario-ao-rendimento-dos-trabalhadores).

## ■ **PROIBIÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO A RETALHO DE ARTIGOS DE MOBILIÁRIO, DECORAÇÃO E PRODUTOS TÊXTEIS PARA O LAR**

Em execução do artigo 25.º do Decreto 3-A/2021, de 14 de janeiro, que regulamenta o Estado de Emergência em vigor, o Ministro da Economia e Transição Digital, através do Despacho 714-C/2021, de 15 de janeiro, em vigor desde esta data, determinou que os estabelecimentos de comércio a retalho que comercializem mais do que um tipo de bem e cuja atividade é permitida no âmbito daquele decreto, não podem comercializar, em espaço físico, bens tipicamente comercializados nos estabelecimentos de comércio a retalho encerrados ou com a atividade suspensa nos termos do mesmo decreto, considerando-se como tal os bens que integrem as seguintes categoriais:

- a) Mobiliário, decoração e produtos têxteis para o lar;



assim impedindo o acesso do público), sem prejuízo de os poderem comercializar, interditando o acesso (do público) ao interior do estabelecimento:

- para entrega ao domicílio
- disponibilizando-os à porta do estabelecimento, ao posto ou através de serviço de recolha de produtos adquiridos previamente através de meios de comunicação à distância (click and collect)

Consulte o despacho em [www.apcmc.pt](http://www.apcmc.pt).

## ■ **ALTERAÇÃO DAS MEDIDAS DE EXECUÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA (20-30 JAN)**

Em vigor desde 20 de janeiro, pese a sua publicação apenas no dia anterior, já noite, o Decreto 3-B/2021 alterou algumas das medidas de execução do atual Estado de Emergência, que se prolonga até 30 de janeiro, e aprovou outras, mais restritivas da circulação de pessoas e do exercício da atividade económica, que passamos a indicar:

**1. CONTINUA A SER ADMITIDA E AUTORIZADA A CIRCULAÇÃO E DESLOCAÇÃO POR MOTIVOS PROFISSIONAIS** quando não haja lugar ao teletrabalho, para o desempenho de atividades profissionais ou equiparadas, dentro do concelho e ou entre concelhos, mesmo em veículo particular, **MAS AGORA ATESTADA POR DECLARAÇÃO EMITIDA PELA ENTIDADE EMPREGADORA OU EQUIPARADA**, que poderá observar a minuta seguinte (em suporte papel ou digital (telemóvel, tablet), a adaptar à situação/necessidade concreta):

### **DECLARAÇÃO**

A \_\_\_\_\_ (empresa), NIPC/NIF \_\_\_\_\_, com sede e instalações em \_\_\_\_\_, declara a quem possa interessar e para os efeitos previstos na legislação que regulamenta o Estado de Emergência, que \_\_\_\_\_ (nome completo), titular do CC n.º \_\_\_\_\_, com domicílio em \_\_\_\_\_, se encontra ao seu serviço, vinculado por contrato de trabalho, e que necessita de se deslocar em serviço e entre o seu domicílio e as instalações supra referidas (OU: deslocar em serviço por todo o território nacional...) para o cabal desempenho da sua atividade, que não pode prestar em regime de teletrabalho, designadamente de 2.ª a sábado.

A Gerência/Administração

**2. AS ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUSPENSAS EM ESTABELECIMENTOS ABERTOS AO PÚBLICO PODEM MANTER-SE EM ATIVIDADE MAS APENAS E EXCLUSIVAMENTE PARA EFEITOS DE ENTREGA AO DOMICÍLIO** (antes podiam também entregar os bens à porta do estabelecimento, ao posto, ou através de serviço de recolha de produtos adquiridos previamente através de meios de comunicação à distância (click and collect)).

Os estabelecimentos de restauração e similares, independentemente da área de venda ou prestação de serviços, só podem funcionar exclusivamente para efeitos de atividade de confeção destinada a consumo fora do estabelecimento através de entrega ao domicílio, diretamente ou através de intermediário, bem como para disponibilização de refeições ou produtos embalados à porta do estabelecimento ou ao posto (take-away), com exceção dos localizados em conjuntos comerciais, que só podem funcionar para entrega ao domicílio.

**3. ENCERRAMENTO ÀS 20H00 DOS ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTORIZADOS A FUNCIONAR E ÀS 13H00 AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS (17H00 para o retalho alimentar).**

Como informámos em novembro p.p., **NÃO FOI SUSPensa A ATIVIDADE EM ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO POR GROSSO**, nem a atividade de comércio por grosso (venda a empresas e profissionais, no e para o exercício da sua atividade), nem qualquer atividade industrial ou em estabelecimento industrial. A empresa só é obrigada a proceder ao encerramento do estabelecimento a partir das horas indicadas supra se no mesmo exercer exclusivamente atividade de comércio a retalho ou prestação de serviços.

**SE NO ESTABELECIMENTO A EMPRESA EXERCE INDISTINTAMENTE A ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO E POR GROSSO** (ainda que a sua CAE não reflita esta última atividade), pode manter o estabelecimento aberto nos dias e após as horas em questão mas exclusivamente para a atividade de comércio por grosso, atendendo apenas clientes profissionais no e para o exercício das suas atividades. Sugere-se a colocação à porta do estabelecimento de um aviso/informação com o texto seguinte (a adaptar às circunstâncias concretas), a fim de evitar a entrada do consumidor final, e orientações aos V/ colaboradores para, caso entre, o informarem que estão por lei proibidos de o atender e que deve deixar o estabelecimento:

**«ESTADO DE EMERGÊNCIA – DIAS 23 E 30 DE JANEIRO  
ENTRADA RESERVADA/EXCLUSIVA A CLIENTES PROFISSIONAIS  
APÓS AS 13H00».**

**«ESTADO DE EMERGÊNCIA – DIAS 23 E 30 DE JANEIRO DE 2021  
APÓS AS 13H00  
ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO POR GROSSO – ENTRADA NÃO  
PERMITIDA A CLIENTES PARTICULARES»**

O encerramento do estabelecimento nos dias e horas em questão, seja por imposição legal ou por vontade da empresa, não impede que os trabalhadores se mantenham a trabalhar no interior do estabelecimento. Como não impede que possam efetuar-se entregas a clientes e outras atividades distintas do atendimento/aviamento do cliente em estabelecimento.

**4. REGRESSO DA PROIBIÇÃO DE CIRCULAÇÃO ENTRE CONCELHOS**, entre as 20H00 de 22 e as 05H00 de 25 de janeiro, sem prejuízo das exceções já conhecidas, designadamente para o exercício de atividade profissional (atestada por declaração), e para efeito de participação no âmbito da campanha eleitoral relativa à eleição do Presidente da República e exercício do direito de voto.

**5. PROIBIÇÃO DA PUBLICIDADE A SALDOS, PROMOÇÕES OU LIQUIDAÇÕES** e de qualquer outra forma de comunicação comercial que possa ter como resultado o aumento do fluxo de pessoas a frequentar estabelecimentos.

**6. Obrigação das empresas do setor dos serviços com mais de 250 trabalhadores de enviarem à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), em 48 horas, lista nominal com os trabalhadores que não estão em regime de teletrabalho.**

Consulte o Decreto 3-B/2021 e a Circular CCP 12/2021 em [www.apcmc.pt](http://www.apcmc.pt).



## ■ **MEDIDAS DE EXECUÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA (15 A 30 DE JANEIRO)**

Em execução do Decreto do Presidente da República 6-B/2021, de 13 de janeiro, que modificou o Estado de Emergência em vigor e o renovou por mais 15 dias, **ATÉ 30 DE JANEIRO DE 2021**, o Decreto 3-A/2021, de 14 de janeiro, aprovou as medidas que o regulamentam, **EM VIGOR A PARTIR DAS 00H00 DO DIA 15 DE JANEIRO** em todo o território nacional (sem subordinação à distinção de concelhos em função do seu maior ou menor risco – moderado a extremo –, que deixa de existir).

A exemplo do que aconteceu em março de 2020, não é suspensão em geral a atividade do nosso setor, que a pode prosseguir sem restrições, excetuando as decorrentes das regras já bem conhecidas de cuidado, prevenção, contenção, distância, lotação, segurança e saúde recomendadas pela Direção-Geral de Saúde e estabelecidas já por outros diplomas, como as relativas ao n.º de clientes/pessoas em função da área de venda do estabelecimento e ao uso obrigatório de máscaras e ou viseiras.

Em síntese, no que ao nosso setor/indústria e comércio de materiais de construção importa:

**1. PODEM CONTINUAR A EXERCER A SUA ATIVIDADE** (observando os seus períodos de funcionamento):

- a) **OS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS**
- b) **OS ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO POR GROSSO;**
- c) **OS ESTABELECIMENTOS QUE PRETENDAM EXCLUSIVAMENTE EFETUAR ENTREGAS AO DOMICÍLIO OU DISPONIBILIZAR OS BENS À PORTA DO ESTABELECIMENTO, AO POSTIGO** ou através de serviço de recolha de produtos adquiridos previamente através de meios de comunicação à distância (click and collect), ficando, porém, interdito o acesso do público ao interior do estabelecimento;
- d) Quem se dedique ao **COMÉRCIO ELETRÓNICO**, ou à prestação de **SERVIÇOS À DISTÂNCIA**, sem contacto com o público, ou que desenvolva a sua atividade através de **PLATAFORMA ELETRÓNICA**;
- e) **OS ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO** que, por qualquer forma, integrem no seu sortido o conceito ou produtos de bricolage, droguaria, ferragens e ou venda/reparação de eletrodomésticos;
- f) Os estabelecimentos de venda de flores, plantas, **SEMENTES, FERTILIZANTES, PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS, PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS E BIOCIDAS**;
- g) Os **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÕES** ao domicílio;
- h) Os estabelecimentos de **PRODUTOS DE HIGIENE** e cosméticos;
- i) Os estabelecimentos de **VENDA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO DE REGA**;
- j) Os **SERVIÇOS PÚBLICOS** essenciais e respetiva reparação e manutenção.

**2. O TELETRABALHO MANTÉM-SE COMO OBRIGATÓRIO**, sempre que compatível com a atividade desempenhada e o trabalhador disponha de condições para a exercer, sem necessidade de acordo das partes.

Não sendo possível a adoção do regime de teletrabalho, independentemente do número de trabalhadores, o empregador deve organizar de forma desfasada as horas de entrada e saída dos locais de trabalho, bem como adotar as medidas técnicas e organizacionais que garantam o distanciamento fí-

sico e a proteção dos trabalhadores.

**3. DEVER GERAL DE RECOLHIMENTO DOMICILIÁRIO**, não devendo os cidadãos circular em espaços e vias públicas exceto para as deslocações autorizadas (elencadas no art. 4.º).

**4. É ASSIM ADMITIDA A CIRCULAÇÃO E DESLOCAÇÃO POR MOTIVOS PROFISSIONAIS**, dentro ou entre concelhos, para o desempenho de atividades profissionais ou equiparadas, **MESMO EM VEÍCULO PARTICULAR**, sem prejuízo do dever de respeitar as recomendações e ordens determinadas pelas autoridades de saúde, forças e serviços de segurança, designadamente as distâncias a observar entre as pessoas

O diploma não impõe qualquer tipo de documento/declaração que deva ser usado para o efeito, mas, querendo, pode a empresa emitir declaração com base na seguinte minuta:

**DECLARAÇÃO**

(minuta, em papel timbrado, a adaptar à situação/necessidade concreta)

A \_\_\_\_\_ (empresa), NIPC/NIF \_\_\_\_\_, com sede e instalações em \_\_\_\_\_, declara a quem possa interessar e para os efeitos previstos na legislação que regulamenta o Estado de Emergência, que \_\_\_\_\_ (nome completo), titular do CC n.º \_\_\_\_\_, com domicílio em \_\_\_\_\_, se encontra ao seu serviço, vinculado por contrato de trabalho, e que necessita de se deslocar em serviço e entre o seu domicílio e as instalações supra referidas (OU: deslocar em serviço por todo o território nacional...) para o cabal desempenho da sua atividade, que não pode prestar em regime de teletrabalho, designadamente de 2.ª a sábado.

A Gerência/Administração

**5. ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E SIMILARES**, independentemente da área de venda ou prestação de serviços, que só podem funcionar para efeitos de atividade de confeção destinada a consumo fora do estabelecimento através de entrega ao domicílio, diretamente ou através de intermediário, bem como para disponibilização de refeições ou produtos embalados à porta ou ao postigo (take-away).

Consulte o Decreto 3-A/2021 e a Circular CCP 05/2021 em [www.apcmt.pt](http://www.apcmt.pt). <https://dre.pt/application/file/a/153958827>

## ■ **AGRAVAMENTO DAS COIMAS. TELETRABALHO**

O Decreto-Lei 6-A/2021, de 14 de janeiro, alterou o regime contraordenacional aplicável ao incumprimento das medidas aprovadas para conter e combater a pandemia, agravando, durante o estado de emergência, as coimas (para o dobro) e a classificação, para muito grave, da contraordenação relativa



ao incumprimento da adoção do regime de teletrabalho.

No que ao teletrabalho respeita, dispõe o artigo 5.º do Decreto 3-A/2021, de 14 de janeiro, que o mesmo **É DE ADOÇÃO OBRIGATÓRIA**, sem necessidade de acordo das partes e independentemente do vínculo laboral, da modalidade ou da natureza da relação jurídica, **SEMPRE QUE SEJA COMPATÍVEL COM A ATIVIDADE DESEMPENHADA E O TRABALHADOR DISPONHA DE CONDIÇÕES PARA AS EXERCER**.

E dispondo o mesmo que durante o estado de emergência são derogados (não se aplicam...) os artigos 5.º-A e 5.º-B do Decreto-Lei 79-A/2020, de 1 de outubro, tal significa que, para além do mais, a empresa, entendendo que não estão reunidas as condições para adoção do regime, não tem que comunicar fundamentadamente e por escrito, ao trabalhador a sua decisão, nem demonstrar que as funções em causa não são compatíveis com o regime do teletrabalho ou a falta de condições técnicas adequadas para a sua implementação.

Contraordenação muito grave significa que o valor da coima pode variar, consoante o volume de negócios (vn) da empresa e a culpa, entre € 2.040 e € 61.200, sem prejuízo da aplicação de sanção acessória.

## ■ APOIOS EXTRAORDINÁRIOS A TRABALHADORES E À ATIVIDADE ECONÓMICA

O Decreto-Lei 6-E/2021, de 15 de janeiro, aprovou medidas extraordinárias de apoio a trabalhadores e à atividade económica, aos contribuintes, ao setor da cultura, aos consumidores e ao comércio, no contexto do estado de emergência.

O diploma:



- Flexibiliza a articulação entre o apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade, criado pelo DL 46-A/2020, de 30 de julho, e o apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho (vulgo lay off simplificado), criado pelo DL 10-G/2020, de 26 de março, permitindo que, durante o estado de emergência, as empresas que estejam atualmente a beneficiar do apoio extraordinário à retoma progressiva, e cujas atividades sejam suspensas devido ao encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental, possam antecipadamente cessar o apoio em curso e subsequentemente optar pelo lay off simplificado;

- Recupera o apoio excecional à redução da atividade destinado a trabalhadores independentes, empresários em nome individual, gerentes e membros de órgãos estatutários com funções de direção, que consiste num apoio financeiro e no diferimento das obrigações contributivas;

- Suspende entre 1 de janeiro e 31 de março de 2021 os processos de execução fiscal instaurados ou a instaurar pela AT e segurança social, e as vendas em curso, impedindo a AT, designadamente, de constituir garantias, como penhores, bem como de compensar os créditos do execu-

tado resultantes de reembolso, revisão oficiosa, reclamação ou impugnação judicial de qualquer ato tributário nas suas dívidas cobradas pela administração tributária (a suspensão estende-se aos planos prestacionais em curso à AT e segurança social, ainda que, quanto a esta, fora do âmbito dos processos executivos, sem prejuízo de poderem continuar a ser cumpridos, aplicando-se igualmente aos prazos de prescrição e caducidade);

- Prorroga ou suspende os prazos para o exercício de direitos dos consumidores legal ou contratualmente estabelecidos no que respeita à garantia dos bens e serviços que terminem durante o período de suspensão e encerramento de atividades determinado no âmbito do Estado de Emergência ou nos 10 dias posteriores, como os direitos de reparação ou substituição, devolução ou troca;

- Permite aos estabelecimentos comerciais escoar as respetivas existências através de venda em saldos durante o período de suspensão de atividades e encerramento de estabelecimentos determinado no âmbito do Estado de Emergência, não contabilizando para efeito do limite máximo de 124 dias consagrado no DL 70/2007, de 26 de março (lei dos saldos, promoções e liquidações). O operador económico fica igualmente dispensado de emitir a declaração que em condições normais é obrigado a enviar à ASAE com 5 dias úteis de antecedência mínima indicando datas de início e fim do período de saldos;

- Cria um regime extraordinário de apoio ao consumo de energia elétrica, que visa proteger os consumidores elegíveis para a tarifa social dos efeitos decorrentes do acréscimo de consumo de energia elétrica durante as medidas restritivas aplicáveis durante o estado de emergência, mas também apoiar as famílias neste período de condições climáticas adversas.

Consulte o Decreto-Lei 6-E/2021 em [www.apcmt.pt](http://www.apcmt.pt).

## ■ ALTERADO REGULAMENTO DO PROGRAMA APOIAR

### APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS JÁ POSSÍVEL AO PROGRAMA APOIAR + SIMPLES

Foi já divulgado o Aviso para apresentação de candidaturas ao **PROGRAMA APOIAR + SIMPLES**, as quais são efetuadas via Balcão 2020, através de formulário eletrónico disponibilizado na plataforma do Sistema de Incentivos às empresas do PT2020.

[Consulte aqui o Aviso.](#)

A Portaria 15-B/2021, de 15 de janeiro, alterou e republicou o Regulamento do Programa APOIAR, sistema de incentivos à liquidez aprovado pela Portaria 271-A/2020, de 24 de novembro.

O Programa APOIAR, que compreendeu, na primeira fase, as medidas APOIAR.PT e APOIAR RESTAURAÇÃO, passa a incluir as medidas APOIAR + SIMPLES e APOIAR RENDAS.

A medida **APOIAR + SIMPLES** visa, essencialmente, apoiar os empresários em nome individual (ENI) sem contabilidade organizada com trabalhadores a cargo.

Para além dos ENI, passam a estar igualmente abrangidas por este Programa as empresas com mais de 250 trabalhadores cujo volume anual de faturação não exceda 50 milhões

de euros.

A medida **APOIAR RENDAS** destina-se ao pagamento de rendas não habitacionais devidas por empresas que atuem nos sectores particularmente afetados pelas medidas excecionais aprovadas no contexto da pandemia da doença COVID-19.

As medidas já existentes foram também ajustadas, sendo de destacar que a medida **APOIAR RESTAURAÇÃO** terá em conta o cenário atual de confinamento obrigatório alargado e que a medida **APOIAR.PT**, que contemplava, apenas, as perdas de faturação registadas nos 3 primeiros trimestres, passa a abranger todo o ano de 2020.



De forma adicional, é criado um apoio extraordinário à manutenção da atividade em 2021, equivalente ao incentivo apurado correspondente ao 4.º trimestre de 2020.

Os requisitos exigidos às empresas candidatas são, agora, menos rígidos, alguns dos quais deixarão de ser corroborados na fase de apresentação de candidaturas, com o compromisso de serem cumpridos até ao momento da confirmação do Termo de Aceitação.

As empresas candidatas deverão, na fase que antecede a submissão de candidaturas, para além da verificação do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários e das condições de acesso, consultar a Lista de Códigos de Atividade Elegíveis para confirmação da elegibilidade da sua CAE.

No que concerne às taxas de financiamento e às formas de apoio referentes às quatro medidas que integram, atualmente, o Programa APOIAR, as suas especificidades são apresentadas no **REGULAMENTO ESPECÍFICO DE APOIO À LIQUIDEZ PROGRAMA APOIAR**, que pode consultar em [www.apcmc.pt](http://www.apcmc.pt).

## ■ **PRORROGADO APOIO EXTRAORDINÁRIO À RETOMA PROGRESSIVA DAS EMPRESAS EM CRISE**

O Decreto-Lei 6-C/2021, de 15 de janeiro, procedeu à prorrogação do apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial, alterando os Decretos-Leis 10-G/2020 (lay-off simplificado) e 46-A/2020, respetivamente de 26 de março e 30 de julho.

Nas situações em que as empresas e estabelecimentos se encontrem sujeitas ao dever de encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental, passa a ser assegurado o pagamento de 100% da retribuição até ao triplo do salário mínimo nacional aos trabalhadores abrangidos pelo apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho (lay-off),

Semelhante garantia é estabelecida para os trabalhadores

abrangidos pelas medidas de redução ou suspensão em situação de crise empresarial previstas no artigo 298.º do Código do Trabalho (lay-off «normal») que se iniciem após 1 de janeiro de 2021, os quais passam a ter direito ao pagamento integral da sua retribuição normal ilíquida até um valor igual a 3 salários mínimos.

É igualmente prorrogado até ao 1.º semestre de 2021 o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade e a sua extensão aos membros dos órgãos estatutários que exerçam funções de gerência nas empresas, com registo de contribuições na segurança social e com trabalhadores a seu cargo. Como é assegurado o pagamento de 100% da retribuição até ao triplo do salário mínimo aos trabalhadores abrangidos, mantendo-se ainda a dispensa parcial das contribuições para a segurança social, a cargo da entidade empregadora para as micro, pequenas e médias empresas.

É criado ainda um apoio simplificado direcionado às micro-empresas, que combina um apoio financeiro no montante equivalente a 2 salários mínimos por trabalhador que tenha sido abrangido em 2020 pelo apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho ou pelo apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade.

A vigência do DL 46-A/2020, ora republicado também, é prorrogada até 30 de junho de 2021.

Consulte a Circular CCP 08/2021 e os DL 10-G/2020 e 46-A/2020 em [www.apcmc.pt](http://www.apcmc.pt).

## ■ **ESTADO DE EMERGÊNCIA RENOVADO ATÉ 15 DE JANEIRO**

O Presidente da República prorrogou, agora por 8 dias, o Estado de Emergência, de **8 A 15 DE JANEIRO DE 2021** (Decreto 6-A/2021, de 6/1), e o Governo procedeu à respetiva regulamentação (Decreto 2-A/2021, de 7/1), de novo por mera alteração ao Decreto 11/2020, de 6/12,

- (i) mantendo a generalidade das medidas por este aprovadas
- (ii) estendendo aos concelhos de risco elevado, no próximo fim de semana - 9 e 10 de janeiro -, as regras aplicáveis aos sábados e domingos nos concelhos de risco muito elevado e extremo, e
- (iii) proibindo a circulação entre concelhos das 23H de 8 às 05H de 11 de janeiro (com as exceções já conhecidas).

Em síntese:

### **1. CONCELHOS DE RISCO MODERADO**

- Encerramento dos estabelecimentos entre as 20H00 e as 23H00, podendo o presidente da câmara municipal fixar o horário de encerramento dentro deste intervalo.

### **2. CONCELHOS DE RISCO ELEVADO, MUITO ELEVADO E EXTREMO**

- **PROIBIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA ENTRE AS 23H00 E AS 05H00 EM ESPAÇOS E VIAS PÚBLICAS**, sendo autorizadas, entre outras, as deslocações para/no desempenho de funções profissionais ou equiparadas, comprovadas por

- declaração emitida pela empresa,
- declaração emitida pelo próprio, caso se trate de empresário em nome individual, membro de órgão estatutário ou trabalhador independente,
- declaração sob compromisso de honra, caso se trate de trabalhador do setor agrícola, pecuária ou das pescas.



### DECLARAÇÃO

(minuta, em papel timbrado, a adaptar à situação/necessidade concreta)

A \_\_\_\_\_ (empresa), NIPC/NIF \_\_\_\_\_, com sede e instalações em \_\_\_\_\_, declara a quem possa interessar e para os efeitos previstos no Decreto n.º 11/2020, de 6 de dezembro, na redação dada pelo Decreto 2-A/2021, de 7 de janeiro, que \_\_\_\_\_ (nome completo), titular do CC n.º \_\_\_\_\_, com domicílio em \_\_\_\_\_, se encontra ao seu serviço, vinculado por contrato de trabalho, e que necessita de se deslocar em serviço e entre o seu domicílio e as instalações supra referidas para o cabal desempenho da sua atividade, designadamente de 2.ª a 6.ª feira, no período das 23H00 às 05H00, e aos sábados e domingos, no período das 13H00 às 08H00.

Local e data

A Gerência/Administração

- **DEVER GERAL DE RECOLHIMENTO DOMICILIÁRIO DIÁRIO NO PERÍODO DAS 05H00 ÀS 23H00**, exceto, entre outras, para desempenho de atividades profissionais ou equiparadas (sem necessidade de prova documental).

- **ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS E COMÉRCIO A RETALHO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ÀS 22H00**, bem como os localizados em conjuntos comerciais, podendo o presidente da câmara municipal reduzi-lo (restauração, equipamentos culturais... - 22H30).

- **PROIBIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DAS PESSOAS EM ESPAÇOS E VIAS PÚBLICAS DAS 13H00 ÀS 05H00 DOS PRÓXIMOS SÁBADO E DOMINGO** (dias 9 e 10 de janeiro), sendo autorizadas, entre outras, as deslocações para/no desempenho de funções profissionais ou equiparadas comprovadas por declaração.

- **SUSPENSÃO (ENCERRAMENTO) DA ATIVIDADE DOS ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORA DO PERÍODO DAS 08H00 ÀS 13H00 DOS PRÓXIMOS SÁBADO E DOMINGO** (dias 9 e 10 de janeiro), podendo abrir antes das 08H00 os estabelecimentos que habitualmente já o fazem.

Não são afetados por esta medida os estabelecimentos de comércio por grosso, ou industriais, ou que prossigam outra atividade distinta do comércio a retalho (venda direta ao consumidor final) ou de prestação de serviços.

Os concelhos estão para já assim classificados, segundo o seu grau de risco:

#### CONCELHOS DE RISCO MODERADO

Alcoutim. Aljezur. Almeida. Arronches. Barrancos. Carrizada de Ansiães. Castanheira de Pêra. Castelo de Vide. Coruche. Ferreira do Alentejo. Freixo de Espada à Cinta. Lagoa. Mantigas. Monchique. Odemira. Pampilhosa da Serra. Proença-a-Nova. Resende. Santiago do Cacém. Sardoal. Sernancelhe. Sines. Torre de Moncorvo. Vila de Rei. Vila do Bispo.

#### CONCELHOS DE RISCO ELEVADO

Abrantes. Alenquer. Aljustrel. Almeirim. Aveiro. Azambuja. Baião. Belmonte. Bombarral. Cadaval. Campo Maior. Cartaxo. Castelo de Paiva. Castro Marim. Castro Verde. Chamusca. Cinfães. Covilhã. Espinho. Figueira da Foz. Golegã. Gouveia. Grândola. Lagos. Loulé. Lourinhã. Lousã. Lousada. Maia. Mesão Frio. Mirandela. Monção. Monforte. Montemor-o-Velho. Moura. Nazaré. Oleiros. Olhão. Paços de Ferreira. Paredes. Paredes de Coura. Penafiel. Penedono. Ponte de Lima. Ponte de Sor. Portalegre. Portimão. Sabrosa. Sabugal. Salvaterra de Magos. São Brás de Alportel. São Pedro do Sul. Seia. Serpa. Silves. Sintra. Vagos. Vale de Cambra. Valença. Valpaços. Vila Nova de Cerveira. Vila Nova de Foz. Vila Velha de Ródão. Vila Viçosa. Vinhais.

#### CONCELHOS DE RISCO MUITO ELEVADO

Águeda. Alandroal. Albergaria-a-Velha. Albufeira. Alcanena. Alcobaça. Alfândega da Fé. Aljô. Almada. Almodôvar. Alpiarça. Alter do Chão. Alvaiázere. Alvito. Amadora. Amarante. Amares. Arcos de Valdevez. Arganil. Arouca. Arraiolos. Arruda dos Vinhos. Avis. Barreiro. Batalha. Beja. Benavente. Braga. Bragança. Cabeceiras de Basto. Caldas da Rainha. Caminha. Cantanhede. Carregal do Sal. Cascais. Castelo Branco. Castro Daire. Celorico de Basto. Chaves. Coimbra. Condeixa-a-Nova. Constância. Entroncamento. Estarreja. Estremoz. Évora. Fafe. Faro. Felgueiras. Figueira de Castelo Rodrigo. Fronteira. Fundão. Góis. Gondomar. Guimarães. Ílhavo. Leiria. Lisboa. Loures. Mafra. Marco de Canaveses. Marinha Grande. Marvão. Matosinhos. Mealhada. Melgaço. Mira. Miranda do Corvo. Moita. Mondim de Basto. Montemor-o-Novo. Montijo. Mortágua. Murça. Nelas. Óbidos. Odivelas. Oeiras. Oliveira de Azeite. Oliveira de Frades. Oliveira do Bairro. Ourém. Ourique. Ovar. Palmela. Pedrógão Grande. Penacova. Penalva do Castelo. Penela. Peniche. Pombal. Porto. Porto de Mós. Redondo. Reguengos de Monsaraz. Ribeira de Pena. Rio Maior. Santa Comba Dão. Santa Maria da Feira. Santa Marta de Penaguião. Santarém. Santo Tirso. São João da Madeira. Sátão. Seixal. Sertão. Sesimbra. Setúbal. Sever do Vouga. Sobral de Monte Agraço. Soure. Sousel. Tarouca. Terras de Bouro. Tomar. Tondela. Torres Vedras. Trofa. Valongo. Viana do Castelo. Vieira do Minho. Vila Flor. Vila Franca de Xira. Vila Nova da Barquinha. Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Gaia. Vila Pouca de Aguiar. Vila Real. Vila Real de Santo António. Viseu. Vizela. Vouzela.

#### CONCELHOS DE RISCO EXTREMO

Ansião. Armamar. Barcelos. Borba. Boticas. Celorico da Beira. Crato. Cuba. Elvas. Esposende. Ferreira do Zêzere. Figueiró dos Vinhos. Fornos de Algodres. Gavião. Guarda. Idanha-a-Nova. Lamego. Mação. Macedo de Cavaleiros. Mangualde. Mêda. Mértola. Miranda do Douro. Mogadouro. Moimenta da Beira. Montalegre. Mora. Mourão. Murtosa. Nisa. Oliveira do Hospital. Penamacor. Peso da Régua. Pinhel. Ponte da Barca. Portel. Póvoa de Lanhoso. Póvoa de Varzim. São João da Pesqueira. Tábua. Tabuaço. Tavira. Torres Novas. Trancoso. Vendas Novas. Viana do Alentejo. Vidigueira. Vila do Conde. Vila Nova de Paiva. Vila Nova de Poiares. Vila Verde. Vimioso.

Consulte em [www.apcm.pt](http://www.apcm.pt) o Decreto 2-A/2020 e a Circular CCP 02/2021.

## ■ SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

### - RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS

O Decreto-Lei 1/2021, de 6 de janeiro, alterou o Decreto-Lei 24/2012, de 6 de fevereiro, que aprovou as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho, estabelecendo uma quinta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos para alguns agentes químicos (como anilina, trimetilamina, 2-fenilpropano (cumeno), acetato de sec-butilo, 4-aminotolueno, acetato de isobutilo, álcool isoamílico, acetato de n-butilo e tricloreto de fosforilo).

## ■ TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL É FERIADO

Para as empresas que aplicam o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) outorgado pela APCMC, a terça-feira de Carnaval, que este ano ocorre no próximo dia **16 DE FEVEREIRO**, é fe-

riado, embora possa, nos termos do n.º 3 da Cláusula 23.<sup>a</sup>, ser observado noutro dia em que acordem a empresa e a maioria dos trabalhadores.

E é feriado para as empresas que observam este CCT como o é para a generalidade das empresas que observam outros CCT ou outros IRCT (instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho), setoriais ou regionais/locais, pois consagram regime idêntico.

O Código do Trabalho dispõe no n.º 1 do artigo 235.º que, para além dos feriados obrigatórios (referidos no art.º 234º), **PODEM SER OBSERVADOS A TÍTULO DE FERIADO**, mediante IRCT ou contrato individual de trabalho, **A TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL E O FERIADO MUNICIPAL DA LOCALIDADE**, dispondo o n.º 2 que estes feriados podem ser observados noutro dia em que acordem empregador e trabalhador.



O que vale por dizer que o feriado de 3.<sup>a</sup> feira de Carnaval e o feriado municipal só são de observância obrigatória, como se fossem feriados obrigatórios, quando previstos em IRCT, o que acontece na maioria deles, ou contrato individual de trabalho, e que, ao contrário do que acontece com os feriados obrigatórios, podem ser observados noutro dia (assim a maioria dos trabalhadores aceite, no caso das empresas que aplicam o CCT outorgado pela APCMC).

## ■ **CCP REAGE ÀS MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS**

Em comunicado datado de 15 de janeiro, a CCP, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, cuja Direção a APCMC integra, reagiu assim às

### **MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS APRESENTADAS PELO GOVERNO**

«A CCP considera positivo o facto de o Governo, em simultâneo com o Decreto que determina o encerramento de um conjunto significativo de actividades, ter anunciado um pacote de medidas de apoio, com o reforço, nomeadamente, do Programa APOIAR, programa fundamental, neste momento.

Sobre este pacote e, antes de mais, é importante que o mesmo seja efectivamente implementado durante este mês, nomeadamente os apoios ao arrendamento, e que os mesmos cheguem às empresas, no máximo, em Fevereiro. Recorde-se que ainda em Dezembro foram anunciadas um conjunto de medidas, ainda não concretizadas, e que voltam agora a ser anunciadas, o que cria alguma desconfiança junto dos empresários.

Do leque de medidas apresentadas, é positiva a criação de um novo lay-off simplificado, mas a sua configuração suscita reservas à CCP pelo facto de ter um grande potencial para introduzir injustiças entre os operadores económicos. Com efeito, o abandono do critério da quebra de facturação, seguindo-se, tão-somente, o critério do encerramento ou suspensão administrativa de actividades, esquece que há toda uma cadeia de fornecimento que será afectada (por exemplo, um distribuidor de bebidas, com a restauração encerrada, verá a sua actividade reduzida a uma expressão mínima), e esquece também que, num momento de incerteza como este, a apetência para a compra de determinados bens será reduzida ou nula (difícilmente se imagina que alguém irá comprar um carro durante o período de confinamento).

Neste contexto, é fundamental para a CCP que seja introduzido um critério que abranja quer o encerramento ou suspensão, quer as quebras significativas de actividade.

Destaca-se ainda pela positiva o facto do Decreto 3-A/2021 procurar minorar as situações de desigualdade que se criaram no anterior confinamento entre os vários sectores, ao limitar a venda, mesmo em estabelecimentos com predomínio de bens essenciais, à venda desses mesmos bens, interditando assim a venda, por exemplo, de brinquedos ou vestuário, já que os estabelecimentos desses sectores estão neste momento obrigados a fechar.

A CCP tem um fundado receio que os empresários possam ser confrontados com dificuldades no acesso às novas linhas de crédito, face aos níveis de endividamento já existentes, o que exigirá do Governo uma particular atenção à concretização desta medida.

Preocupante foi a ausência de medidas a nível fiscal, já que apenas foi anunciada a medida relativa à suspensão da execução de penhoras até 31 de Março, o que nos parece claramente insuficiente.

Destaque-se, em síntese, que estes apoios nunca chegarão a tempo de contribuir para resolver um conjunto de compromissos financeiros que as empresas têm que cumprir em Janeiro, associados, nomeadamente, a custos acrescidos de segurança social e IRS relativos aos subsídios de natal. Ao fim de mais de dez meses de pandemia, muitos sectores, em especial, os sectores do comércio não alimentar e serviços de proximidades estão completamente descapitalizados.»

## ■ **JUROS DE MORA COMERCIAIS - 1.º SEMESTRE 2021**

A Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em Aviso de 4 de janeiro p.p. ainda não publicado em D.R., manteve em:

- \*7%, a taxa supletiva de juros de mora relativa a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 3º do artigo 102º do Código Comercial (aplicável aos contratos celebrados antes de 01/07/2013);
- \*8%, a taxa supletiva de juros de mora relativa a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 5º do artigo 102º do Código Comercial e do Decreto-Lei 62/2013, de 10 de Maio.

Taxas em vigor no **1.º SEMESTRE DE 2021**, e que se mantêm nestes valores desde o 2.º semestre de 2016.

Lembramos que o Decreto-Lei 62/2013, em vigor desde 01/07/2013, aplica-se a **TODAS AS TRANSAÇÕES COMERCIAIS**, quer as estabelecidas entre empresas, incluindo profissionais liberais, quer entre empresas e entidades públicas, apenas não se aplicando às transações com os consumidores, aos juros relativos a outros pagamentos (como os efetuados em matéria de cheques e letras, ou a título de indemnização por perdas e danos efetuados ou não por seguradoras) e às operações de crédito bancário.

Transações comerciais emergentes de contratos celebrados a partir de 01/07/2013, salvo quando esteja em causa (a) a celebração ou renovação de contratos públicos decorrentes de procedimentos de formação iniciados antes da sua entrada em vigor e à execução dos contratos que revistam na-

tureza de contrato administrativo celebrados na sequência de procedimentos de formação iniciados antes dessa data, ou (b) prorrogações, expressas ou tácitas, do prazo de execução das prestações que constituem o objeto de contratos públicos cujo procedimento tenha sido iniciado previamente à data de entrada em vigor do presente diploma.

O DL 62/2013 permite ainda ao credor o direito de cobrar e receber do devedor que se atrase no pagamento, para além dos juros de mora, uma indemnização de valor não inferior a € 40,00, sem necessidade de interpelação, pelos custos administrativos internos de cobrança da dívida, sem prejuízo do direito a provar que suportou custos razoáveis que excedem aquele montante, nomeadamente com o recurso a advogado, solicitador ou agente de execução, e exigir do devedor indemnização superior.

### **JUROS DE MORA COMERCIAIS** (EVOLUÇÃO DAS TAXAS SUPLETIVAS DESDE 17 DE ABRIL DE 1999)

1.º semestre de 2021	8,00%	Aviso nº ...../2021, de ... (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº ...../2021, de ... (outras operações)
2.º semestre de 2020	8,00%	Aviso nº 10974/2020, de 29/7 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 10974/2020, de 29/7 (outras operações)
1.º semestre de 2020	8,00%	Aviso nº 1568/2020, de 30/1 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 1568/2020, de 30/1 (outras operações)
2.º semestre de 2019	8,00%	Aviso nº 11571/2019, de 17/7 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 11571/2019, de 11/7 (outras operações)
1.º semestre de 2019	8,00%	Aviso nº 2553/2019, de 15/2 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 2553/2019, de 15/2 (outras operações)
2.º semestre de 2018	8,00%	Aviso nº 9939/2018, de 26/7 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 9939/2018, de 26/7 (outras operações)
1.º semestre de 2018	8,00%	Aviso nº 1989/2018, de 13/2 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 1989/2018, de 13/2 (outras operações)
2.º semestre de 2017	8,00%	Aviso nº 8544/2017, de 1/8 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 8544/2017, de 1/8 (outras operações)
1.º semestre de 2017	8,00%	Aviso nº 2583/2017, de 14/3 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 2583/2017, de 14/3 (outras operações)
2.º semestre de 2016	8,00%	Aviso nº 8671/2016, de 12/7 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,00%	Aviso nº 8671/2016, de 12/7 (outras operações)
1.º semestre de 2016	8,05%	Aviso nº 890/2016, de 27/1 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,05%	Aviso nº 890/2016, de 27/1 (outras operações)
2.º semestre de 2015	8,05%	Aviso nº 7758/2015, de 14/7 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,05%	Aviso nº 7758/2015, de 14/7 (outras operações)
1.º semestre de 2015	8,05%	Aviso nº 563/2015, de 19/1 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,05%	Aviso nº 563/2015, de 19/1 (outras operações)
2.º semestre de 2014	8,15%	Aviso nº 8266/2014, de 16/7 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,15%	Aviso nº 8266/2014, de 16/7 (outras operações)
1.º semestre de 2014	8,25%	Aviso nº 1019/2014, de 24/1 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,25%	Aviso nº 1019/2014, de 24/1 (outras operações)
2.º semestre de 2013	8,50%	Aviso nº 11617/2013, de 17/9 (operações sujeitas ao DL 62/2013)
	7,50%	Aviso nº 10478/2013, de 23/8
1.º semestre de 2013	7,75%	Aviso nº 594/2013, de 11/1
2.º semestre de 2012	8,00%	Aviso nº 9944/2012, de 24/7
1.º semestre de 2012	8,00%	Aviso nº 692/2012, de 17/1
2.º semestre de 2011	8,25%	Aviso nº 2284/2011, de 14/7
1.º semestre de 2011	8,00%	Aviso nº 2284/2011, de 21/1
2.º semestre de 2010	8,00%	Despacho nº 13746/2010, de 12/7
1.º semestre de 2010	8,00%	Despacho nº 597/2010, de 11/1
2.º semestre de 2009	8,00%	Aviso (extrato) nº 12184/2009, de 10/7
1.º semestre de 2009	9,50%	Aviso (extrato) nº 1261/2009, de 14/1
2.º semestre de 2008	11,07%	Aviso (extrato) nº 19 995/2008, de 14/7
1.º semestre de 2008	11,20%	Aviso nº 2 152/2008, de 28/1
2.º semestre de 2007	11,07%	Aviso (extrato) 13665/2007, de 30/7
1.º semestre de 2007	10,58%	Aviso (extrato) 191/2007, de 5/1
2.º semestre de 2006	9,83%	Aviso 7705/2006 (2ª série), de 10/7
1.º semestre de 2006	9,25%	Aviso 240/2006 (2ª série), de 11/1
2.º semestre de 2005	9,05%	Aviso 6 923/2005 (2ª série), de 25/7
1.º semestre de 2005	9,09%	Aviso 310/2005 (2ª série), de 14/1
01.10.2004 a 31.12.2004	9,01%	Aviso 10 097/2004 (2ª série), de 30/10
17.04.1999 a 30.09.2004	12%	Portaria 262/99, de 12/4



## ■ LIVRO DE RECLAMAÇÕES ELETRÔNICO

O Decreto-Lei 9/2020, de 10 de março, alterou o Decreto-Lei 156/2005, de 15 de setembro, relativo à obrigação de dispor e disponibilizar o livro de reclamações, adotando medidas para o cumprimento da obrigação de manter o livro de reclamações eletrónico (LER).

Com a alteração operada (novo artigo 9.º-A), deixou na prática de existir prazo para criar e dispor do LER, pois a empresa que o não tenha disporá sempre da possibilidade de regularizar as suas obrigações nos 90 dias seguintes à notificação pela entidade competente (ASAE), que só instaurará o processo de contraordenação se a empresa nesse prazo o não fizer.

Lembramos, no que respeita ao setor do comércio de materiais de construção, que a obrigação de criar e dispor do livro de reclamações eletrónico (um por empresa) devia ter sido cumprida até 31 de dezembro de 2019, depois da prorrogação do prazo inicialmente fixado em 1 de julho de 2019.

Obrigação que compreende:

- Possuir livro de reclamações eletrónico
- Divulgar no seu site, caso dele disponha, em local visível e de forma destacada, o acesso à plataforma do livro de reclamações (<https://www.livroreclamacoes.pt/inicio>)
- Não tendo sítio na Internet, ser titular de endereço de correio eletrónico para receção das reclamações eletrónicas.

Na sequência desta alteração, que não se aplica aos prestadores de serviços públicos essenciais, foi determinado o arquivo dos processos de contraordenação instaurados até 10 de março de 2020 por violação de qualquer das obrigações supra referidas, desde que, notificados pela entidade competente para regularizarem a situação em 45 dias, os infratores demonstrem nos processos que o fizeram.

Recomendamos, de qualquer modo, às empresas que ainda o não fizeram para que procedam, sem necessidade de ameaça, ao seu registo na plataforma do livro de reclamações, devendo:

- Aceder à plataforma através do link <https://www.livro-reclamacoes.pt/inicio> e selecionar a opção «Registar-se»
- Selecionar a entidade reguladora/fiscalizadora (que será a ASAE) e o(s) setor(es) de atividade (CAE)
- Preencher o formulário

Após submissão, receberá no e-mail indicado as credenciais de acesso (login e password)

- inserir essas credenciais e «entrar», finalizando o processo de registo (alterar, querendo, a password).

Lembramos que a obrigação do LRE (um por empresa, alternativa ao livro de reclamações em papel, que se mantém obrigatório, em regra, um por estabelecimento) recai sobre todos os fornecedores de bens e prestadores de serviços, designadamente, no que ao setor do comércio de materiais de construção interessa, dos que desenvolvam a atividade em «estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços de comércio a retalho e conjuntos comerciais, bem como estabelecimentos de comércio por grosso com revenda ao consumidor final» ou através de meios digitais (como «lojas online»).

Cada vez que um consumidor apresenta uma reclamação eletrónica, a empresa é notificada através do e-mail que indi-

cou no processo de registo, dispondo do prazo de 15 dias úteis para:

- responder ao consumidor, usando o e-mail por ele indicado na reclamação, informando-o, se aplicável, sobre as medidas adotadas em consequência da mesma;
- comunicar à ASAE, usando no respetivo site o formulário aí disponível (<https://www.asae.gov.pt/submeter-reclamacao.aspx>), a resposta remetida ao consumidor e outras informações/elementos que considere pertinentes (a ASAE recebe automaticamente a reclamação quando o consumidor a submete).



### DIVULGAÇÃO DO LRE NO WEBSITE DA EMPRESA

As empresas são ainda obrigadas a divulgar nos seus sítios da Internet, caso deles disponham, em local visível e de forma destacada, o acesso à Plataforma Digital (<https://www.livro-reclamacoes.pt/inicio>), podendo designadamente fazê-lo através da colocação de um dos 6 logótipos «autorizados» pela Direção-Geral do Consumidor, com hiperligação àquela plataforma.

## ■ INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR NO ESTABELECIMENTO

O portal [www.comunicarconsumidor.gov.pt](http://www.comunicarconsumidor.gov.pt) permite ao titular do estabelecimento organizar e disponibilizar, de forma mais simples e acessível, colocando-a em painel ou painéis, todas as informações que são de afixação obrigatória no estabelecimento comercial e outras facultativas.

Informação que substitui os vários documentos em formato papel afixados voluntariamente ou em resultado de obrigação legal nas paredes ou balcão do estabelecimento, como os relativos à proibição/permissão de fumar, livro de reclamações, período de funcionamento, resolução alternativa de litígios (se aderente), identificação do estabelecimento (restauração e bebidas), existência de sistema de videovigilância, condições para pessoas com mobilidade condicionada, obrigação de prestação de atendimento prioritário, website, wi-fi, app, ar condicionado, terminal eletrónico de pagamento, etc..

É só aceder ao website, identificar o CAE da empresa, preencher a informação dos dísticos com as informações obrigatórias e as informações não obrigatórias que quer acrescentar e imprimir o ou os painéis de informação ao consumidor ou disponibilizá-lo em formato digital no estabelecimento comercial.



## ■ IRS – NOVO MODELO DA DECLARAÇÃO MOD. 3 E ANEXOS

A Portaria 8/2021, de 7 de janeiro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação 2/2021, de 18 de janeiro, aprovou os novos modelos da Declaração de rendimentos modelo 3 e dos Anexos a seguir indicados, para declaração dos rendimentos de 2020 (2015 e anos seguintes):

Anexos:

- A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões)
- B (rendimentos empresariais e profissionais auferidos – regime simplificado/atos isolados)
- C (rendimentos empresariais e profissionais – contabilidade organizada)
- D (regime de transparência fiscal/herança indivisa)
- E (rendimentos de capitais)
- F (rendimentos prediais)
- G (mais-valias e outros incrementos patrimoniais)
- H (benefícios fiscais)
- I (rendimentos de herança indivisa)
- J (rendimentos obtidos no estrangeiro)
- L (rendimentos obtidos por residentes não habituais)

É mantido em vigor o Anexo G1 (mais-valias não tributadas), aprovado pela Portaria 34/2019, de 28 de janeiro.

## ■ BREXIT - QUESTÕES SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Atendendo às dúvidas que têm surgindo nos últimos dias sobre matéria tributária e aduaneira, no âmbito do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, recebemos da DGAE, Direção-Geral das Atividades Económicas, após consulta à AT, Autoridade Tributária e Aduaneira, as seguintes informações e recomendações:

- \* Para esclarecimento de quaisquer questões tributárias e aduaneiras no âmbito do Brexit, sugere-se a consulta da informação disponível no Portal das Finanças ([https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio\\_contribuinte/Brexit/Aduaneira/Paginas/default.aspx](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/Brexit/Aduaneira/Paginas/default.aspx));



- \* Para questões relacionadas com aspetos aduaneiros decorrentes do fim do período de transição, sugere-se ainda a consulta do ofício circulado nº 15803 de 21.12.2012 ([https://info-aduaneiro.portaldasfinancas.gov.pt/pt/legislacao\\_aduaneira/oficios\\_circulados\\_doclib/Documents/Oficio\\_Circulado\\_15803\\_2020.pdf](https://info-aduaneiro.portaldasfinancas.gov.pt/pt/legislacao_aduaneira/oficios_circulados_doclib/Documents/Oficio_Circulado_15803_2020.pdf));
- \* Para questões relacionadas com prova de origem, sugere-se também a consulta do ofício circulado nº 15807, de 07.01.2021; ([https://info-aduaneiro.portaldasfinancas.gov.pt/pt/legislacao\\_aduaneira/oficios\\_circulados\\_doclib/Documents/Oficio\\_Circulado\\_15807\\_2021.pdf](https://info-aduaneiro.portaldasfinancas.gov.pt/pt/legislacao_aduaneira/oficios_circulados_doclib/Documents/Oficio_Circulado_15807_2021.pdf));
- \* Se após a consulta de toda essa informação subsistirem dúvidas, recomenda-se que sejam colocadas via e-balcão, selecionando a opção "área Brexit", tipo de questão "Aduaneira".

Qualquer esclarecimento adicional poderá ser obtido através do email da DGAE [info.brexit@dgae.gov.pt](mailto:info.brexit@dgae.gov.pt).

## ■ COVID-19 | GEL DESINFETANTE CUTÂNEO

O Despacho 1053/2021, de 14 de janeiro (D.R. de 26 de janeiro) renovou, com efeitos de 1 de janeiro p.p. a 31 de dezembro p.f., as características técnicas a que deve obedecer o gel desinfetante cutâneo para que possa beneficiar da aplicação da taxa reduzida de IVA (que se aplica igualmente às importações, transmissões e aquisições intracomunitárias de máscaras de proteção respiratória) e da dedução à coleta de IRS, como despesa de saúde, de parte do montante incorrido na aquisição.











**uma plataforma em constante atualização**

Como aconteceu até 31 de dezembro p.p., o gel desinfetante cutâneo deverá, assim, para além da indicação clara no rótulo do composto ativo e do seu teor em volume:

- conter um teor em álcool etílico (CAS n.º 64-17-5) em volume (%v/v) de pelo menos 70%; ou
- conter um teor em álcool isopropílico (CAS n.º 67-63-0) em volume (%v/v) de pelo menos 75%.



## ■ PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS

### FEVEREIRO

WWW.PORTALDASFINANCAS.GOV.PT

**NOTA: ESTA INFORMAÇÃO NÃO INCLUI AS ALTERAÇÕES, PRORROGAÇÕES, DIFERIMENTOS E MEDIDAS DE NATUREZA SIMILAR RELATIVAS A OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS E DE PAGAMENTO DE NATUREZA FISCAL E CONTRIBUTIVA APROVADAS NO ÂMBITO DO COMBATE AO COVID-19, QUE SÃO OBJETO DE INFORMAÇÃO AUTÓNOMA**

#### SUMÁRIO

##### ATÉ AO DIA 10

- IVA - PERIODICIDADE MENSAL - DECLARAÇÃO PERIÓDICA (DEZ.20)
- SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL - ENTREGA DE DECLARAÇÕES (JAN.21)
- IRS - DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES AT (JAN.21)
- IRS/IRC - DECLARAÇÃO MOD. 10 - RENDIMENTOS PAGOS EM 2020

##### ATÉ AO DIA 12

- IVA - COMUNICAÇÃO À AT DAS FATURAS EMITIDAS EM JAN.21

##### ATÉ AO DIA 15

- IVA - PERIODICIDADE MENSAL - PAGAMENTO (DEZ.20)
- IVA - PERIODICIDADE TRIMESTRAL - DECLARAÇÃO PERIÓDICA (4.º TRIM.20)
- IRS/2020 - CONSULTA E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS AGREGADO FAMILIAR
- IMI - DECLARAÇÃO DE PRÉDIOS COMUNS

##### ATÉ AO DIA 22

- SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL - PAGAMENTO (JAN.21)
- SEGURANÇA SOCIAL - INDEPENDENTES - PAGAMENTO (JAN.21)
- FUNDO DE COMPENSAÇÃO - PAGAMENTO (JAN.21)
- IRC/IRS - RETENÇÕES NA FONTE (JAN.21)
- SELO - PAGAMENTO DO RELATIVO A JAN.21
- IVA - PERIODICIDADE TRIMESTRAL - PAGAMENTO (4.º TRIM.20)
- IVA - DECLARAÇÃO PERIÓDICA - PEQUENOS RETALHISTAS (4.º TRIM.20)
- IVA - DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA - REGIMES MENSAL E TRIMESTRAL

##### ATÉ AO DIA 25

- IRS/2020 - CONSULTA, REGISTO E CONFIRMAÇÃO DE FATURAS NO PORTAL (E.FATURA)

##### ATÉ AO DIA 28

- IUC - PAGAMENTO - VEÍCULOS COM ANIVERSÁRIO DE MATRÍCULA EM FEV.21
- IRC - OPÇÃO PELO REGIME SIMPLIFICADO
- IRS/IRC - DECLARAÇÃO MOD. 39 - RENDIMENTOS DO ARTIGO 71.º DO CIRS / 2020

[www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt)

*Disclaimer – Este texto é meramente informativo, não é exaustivo, não dispensa a consulta dos textos legais ou o cumprimento de outras obrigações previstas em disposições legislativas, regulamentares ou administrativas, não responsabilizando a Autora.*

*Nota: Esta informação não inclui as alterações, prorrogações, diferimentos e medidas de natureza similar relativas a obrigações declarativas e de pagamento de natureza fiscal e contributiva aprovadas no âmbito do combate ao COVID-19, que são/foram objeto de informação autónoma*

## ■ ATÉ AO DIA 10

### IVA – PERIODICIDADE MENSAL – DECLARAÇÃO PERIÓDICA

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade mensal devem proceder à entrega, via Internet, da de-

claração periódica relativa ao IVA apurado no mês de **DEZEMBRO DE 2020**, acompanhada dos anexos que forem devidos. Por Despacho do SEAF, a declaração pode ser entregue até ao dia 22.

## SEGURANÇA SOCIAL – REGIME GERAL

### – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Deve ser entregue a declaração de remunerações relativa ao mês de **JANEIRO DE 2021**, exclusivamente através da Segurança Social Direta, incluindo pelo empregador que seja pessoa singular e com apenas um trabalhador ao seu serviço. Estão dispensadas desta obrigação as entidades que não exerçam atividades empresariais ou profissionais ou, exercendo-as, tais rendimentos não se relacionem exclusivamente com essas atividades, as quais podem optar por declarar tais rendimentos na declaração anual modelo 10.

## IRS - DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES (AT)

As entidades que pagaram ou colocaram à disposição de residentes em território português, em **JANEIRO DE 2021**, rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos ou excluídos de tributação, nos termos dos artigos 2.º e 12.º do CIRS, devem proceder ao envio, pela Internet, da Declaração Mensal de Remunerações (AT) para comunicação de tais rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e quotas/sindicalizações.

## IRS/IRC - DECLARAÇÃO MODELO 10. RENDIMENTOS PAGOS EM 2020

As entidades obrigadas a efetuar a retenção total ou parcial do imposto e que em 2020 pagaram ou colocaram à disposição dos respetivos titulares, mesmo que não residentes, rendimentos enquadráveis nas categorias B (empresariais e profissionais), E (capitais), F (prediais) e/ou H (pensões), assim como rendimentos da categoria A (trabalho dependente) não declarados na declaração mensal de remunerações (DMR), devem entregar à AT a declaração modelo 10, nela indicando os rendimentos pagos ou colocados à disposição, incluindo em espécie, o imposto retido na fonte, as deduções efetuadas e os rendimentos que não foram objeto de retenção na fonte.

Por Despacho do SEAF, a declaração pode ser entregue até ao dia 25.

## ■ ATÉ AO DIA 12

### IVA – COMUNICAÇÃO DAS FATURAS À AT

Os sujeitos passivos de IVA são obrigados a comunicar à AT, por via eletrónica, os elementos das faturas que emitiram em **JANEIRO DE 2021**.

## ■ ATÉ AO DIA 15

### IVA – PERIODICIDADE MENSAL – PAGAMENTO

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade mensal devem, se for caso disso, proceder ao pagamento do IVA apurado no mês de **DEZEMBRO DE 2020**.





Por Despacho do SEAF, o pagamento pode ser efetuado até ao dia 25.

### IVA – PERIODICIDADE TRIMESTRAL – DECLARAÇÃO PERIÓDICA

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade trimestral deverão proceder à entrega, via Internet, da declaração periódica relativa ao IVA apurado no **4.º TRIMESTRE DE 2020**, acompanhada dos anexos que forem devidos.

Por Despacho do SEAF, a declaração pode ser entregue até ao dia 22.

### IRS/2020 – CONSULTA E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DO AGREGADO FAMILIAR

Os sujeitos passivos de IRS devem, se for o caso, consultar a atualizar na área reservada do Portal das Finanças os dados relativos à composição do agregado familiar e outros elementos pessoais relevantes, a considerar na declaração de rendimentos relativa a 2020.

### IMI – DECLARAÇÃO DE PRÉDIOS COMUNS

Os sujeitos passivos casados devem, se for o caso, comunicar via Portal das Finanças os dados da titularidade dos prédios que integram a comunhão de bens não refletida na matriz, para atualização matricial com efeitos a 1 de janeiro

### ■ ATÉ AO DIA 22

#### SEGURANÇA SOCIAL – REGIME GERAL – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das contribuições relativas ao mês de **JANEIRO DE 2021**.

#### SEGURANÇA SOCIAL – INDEPENDENTES – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das contribuições relativas ao mês de **JANEIRO DE 2021**.

### FUNDO DE COMPENSAÇÃO – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das entregas devidas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) relativas a **JANEIRO DE 2021**.

### IRS/IRC – RETENÇÕES NA FONTE

Deve ser declarado através da Internet e entregue o IRS retido pelas entidades que, possuindo ou devendo possuir contabilidade organizada, atribuíram no mês de **JANEIRO DE 2021** rendimentos enquadráveis nas **CATEGORIAS B** (empresariais e profissionais), **E** (capitais) e **F** (prediais).

Também as entidades, com ou sem contabilidade organizada, que tenham pago ou colocado à disposição no mês de janeiro de 2021 rendimentos enquadráveis nas categorias A (trabalho dependente) e H (pensões), deverão declarar pela mesma via e entregar o IRS retido na fonte.

O mesmo se diga para as retâncias retidas no mês de janeiro de 2021 sobre rendimentos sujeitos a IRC.

### IMPOSTO DO SELO – PAGAMENTO

Deve ser declarado através da Internet e entregue pelas empresas e outras entidades sobre quem recaia tal obrigação o imposto do selo liquidado no mês de **JANEIRO DE 2021**.

### IVA – PERIODICIDADE TRIMESTRAL – PAGAMENTO

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade trimestral devem, se for caso disso, proceder ao pagamento do IVA apurado no **4.º TRIMESTRE DE 2020**.

Por Despacho do SEAF, o pagamento pode ser efetuado até ao dia 25.

### IVA – PEQUENOS RETALHISTAS

Os sujeitos passivos enquadrados no regime especial dos pequenos retalhistas deverão proceder ao pagamento, na tesouraria de finanças competentes, do IVA apurado no **4.º TRIMESTRE**

**DE 2020**, ou, não havendo imposto a pagar, apresentar a declaração mod. 1074.

### IVA – DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA – TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Deve ser entregue a Declaração Recapitulativa, via Internet, pelos sujeitos passivos do regime normal de periodicidade mensal que em **JANEIRO DE 2021** efetuaram transmissões intracomunitárias de bens e ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

Também os sujeitos passivos isentos ao abrigo do art.º 53.º do CIVA que tenham efetuado prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, em janeiro de 2021 quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, devem proceder à entrega da Declaração Recapitulativa, via Internet.

### ■ ATÉ AO DIA 25

#### IRS/2020 – DEDUÇÕES À COLETA || CONSULTA, REGISTO E CONFIRMAÇÃO DE FATURAS NO PORTAL E-FATURA

Os sujeitos passivos de IRS e os seus dependentes com despesas registadas em seu nome devem, individualmente, no Portal das Finanças, proceder à consulta, registo e confirmação das faturas relativas a tais despesas dedutíveis à coleta (despesas gerais familiares, saúde, formação e educação, rendas de habitação, juros de dívidas com aquisição de habitação, lares e IVA suportado em faturas relativas a reparação de automóveis e motociclos, restauração e alojamento, cabeleireiros, institutos de beleza, atividades veterinárias e transportes).

O valor das deduções à coleta é apurado pela AT até 25 de fevereiro e disponibilizado no Portal até ao dia 15 de março, podendo o sujeito passivo dele reclamar até ao dia 31 de março.

### ■ ATÉ AO DIA 28

#### IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

Deve ser liquidado e pago o Imposto Único de Circulação (IUC) relativo a 2021 pelos veículos cujo aniversário de matrícula ocorra no mês de **FEVEREIRO**.

A liquidação do IUC é efetuada pelo próprio sujeito passivo através da Internet (obrigatório para as pessoas coletivas), podendo também sê-lo em qualquer serviço de finanças, em atendimento ao público (neste caso, até 1 de março).

### IRC – OPÇÃO PELO REGIME SIMPLIFICADO

Os sujeitos passivos de IRC residentes, não isentos nem sujeitos a um regime especial de tributação, que exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e reúnam, cumulativamente, as condições do n.º 1 do artigo 86.º-A do CIRC, entre elas um montante de rendimentos não superior a € 200.000 em 2020, podem optar pelo regime simplificado de determinação da matéria coletável, entregando a respetiva declaração de alterações, que terá efeitos a 1 de janeiro p.p..

### IRS/IRC - DECLARAÇÃO MODELO 39. RENDIMENTOS DO ARTIGO 71.º DO CIRS PAGOS EM 2020

As entidades devedoras e as que tenham pago ou colocado à disposição dos respetivos titulares, que sejam residentes e não beneficiem de isenção ou redução de taxa, em 2020, rendimentos sujeitos a taxas liberatórias previstos no art. 71.º do CIRS ou quaisquer rendimentos sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, devem proceder à entrega da declaração modelo 39.

## ■ PROGRAMA REGRESSAR – APOIO AO REGRESSO DE EMIGRANTES

A Portaria 23/2021, de 28 de janeiro, procedeu à 3.ª alteração da Portaria 214/2019, de 5 de julho, que aprovou a medida de apoio ao regresso de emigrantes a Portugal no âmbito do Programa Regressar.

A alteração visa prolongar o horizonte temporal de aplicação da Medida, agora até final de 2023, e alargar a respetiva cobertura, designadamente tornando elegíveis não só os emigrantes e seus familiares que iniciem atividade laboral por conta de outrem em Portugal continental mas também àqueles que regressem ao País e que iniciem atividade laboral mediante a criação de uma empresa ou do próprio emprego.

Continua porém a aplicar-se aos emigrantes que tenham saído de Portugal até 31 de dezembro de 2015...

Lembramos que a Medida atribui um apoio financeiro (até 6 IAS ou €2.632,86) e comparticipa nos custos de viagem (até 3 IAS), de transporte (até 2 IAS) e nos custos de reconhecimento de qualificações académicas ou profissionais (até 1 IAS).

## ■ MARCA ENTIDADE EMPREGADORA INCLUSIVA – CANDIDATURAS 2021



Estão abertas até ao próximo dia 1 de março de 2021 as candidaturas à 3.ª Edição da **MARCA ENTIDADE EMPREGADORA INCLUSIVA EM IEFPONLINE**. Para se candidatar registe-se, se ainda não estiver registado, ou candidate-se através da página da sua entidade, se já estiver registado.

A **MARCA ENTIDADE EMPREGADORA INCLUSIVA** destina-se a promover o **RECONHECIMENTO** e **DISTINÇÃO PÚBLICA** de práticas de gestão abertas e inclusivas, desenvolvidas por entidades empregadoras relativamente às pessoas com deficiência e incapacidade.

A Marca é **ATRIBUÍDA AOS EMPREGADORES** que contribuam para a implementação de um mercado de trabalho inclusivo e se distingam, por práticas de referência nos seguintes domínios.

- Recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional;

- Manutenção e retoma do emprego;
- Acessibilidades;
- Serviço e relação com a comunidade

Às entidades que se destaquem por práticas exemplares em todos os domínios é atribuída a **MARCA ENTIDADE EMPREGADORA INCLUSIVA — EXCELÊNCIA**.

A Marca Entidade Empregadora Inclusiva será atribuída por um Júri, constituído por representantes das Associações empresariais, sindicais, organizações da economia social, organizações de entidades que apoiam pessoas com deficiência e da administração pública.

As candidaturas serão analisadas por uma comissão de peritos, constituída por pessoas com experiência profissional relevante nos domínios da gestão de recursos humanos, da responsabilidade social das empresas indicadas por organizações da área da gestão e da responsabilidade social e que nesta edição é constituída por peritos indicados pelas Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas (APG), Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) e pela SUPERA – Sociedade Portuguesa de Engenharia e Reabilitação, Tecnologias de Apoio e Acessibilidade.

Se é uma organização cuja gestão integra também preocupações no domínio da responsabilidade social e da igualdade de oportunidades, **CANDIDATE-SE!**

Consulte o Desdobrável com informação sobre a Marca Entidade Empregadora Inclusiva e o Exemplar do formulário de Candidatura em [www.apcmc.pt](http://www.apcmc.pt) (e mais informações em <https://www.iefp.pt/reabilitacao-profissional>).

## ■ MEDIDAS DE APOIO À CONTRATAÇÃO / EMPREGO EM 2021

### MEDIDA ESTÁGIOS ATIVAR.PT

- 1.º período: 15 de fevereiro a 30 de junho de 2021
- 2.º período: 15 de agosto a 30 de dezembro de 2021 (apresentação de candidaturas ao Prémio de Emprego previsto na Medida no mesmo calendário)

### MEDIDA INCENTIVO ATIVAR.PT

- 1.º período: 15 de fevereiro a 30 de junho de 2021
- 2.º período: 15 de agosto a 30 de dezembro de 2021 (apresentação de candidaturas ao Prémio de Conversão previsto na Medida no mesmo calendário)

## Publicações recentes

